



Câmara Municipal de Fortaleza de Minas

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017, realizada às 18h00min horas do dia 28, na Câmara Municipal, Avenida Pedro de Souza Freire, 107, centro, Fortaleza de Minas. Presentes: o Presidente da Câmara, vereador Jurubel Honorato Reis, o assessor jurídico da Câmara Laio Queiroz, os vereadores Adenilson Queiroz, Gabriel Lourenço de Queiroz, Evair Messias Pereira, Ernane Moreira Dias, Fernando Pereira da Silva, Márcio Domingues Andrade, Vice Prefeito Francisco Ronivaldo Rodrigues, representante da Igreja Assembléia de Deus Vagno Israel Brás, representante do Hospital Municipal Monica Emídio da Silva, representante do Programa da Saúde da família Adriana da S. Malta Santos, representando a União Futebol Clube José Souza de Andrade, e os cidadãos João Batista Proença, Hélio Justino dos Santos e Juliana S. Vidigal. Iniciada a audiência o Presidente da Câmara informou que o objetivo da audiência é acolher da população os seus anseios para posteriormente ser a LOA levada em plenário para votação. Informou que esta audiência é obrigatória por lei, e que é de grande importância. Disse que foram feitos convites escritos, propaganda volante e anúncio na rádio local, e foram disponibilizadas cópias a todos interessados. Relatou que o orçamento para o ano de 2017 é de R\$ 18.460.000,00 (dezoito milhões quatrocentos e sessenta mil reais), os quais o prefeito poderá utilizar nos gastos, o gestor não poderá fazer nenhuma ação que não conste no projeto. Dentro do projeto a Câmara vota a abertura de crédito suplementar, que tem um limite percentual e o projeto deste ano, esta sugerindo um crédito suplementar de 20% (vinte por cento), o Presidente relatou que no ano de 2016 foi aprovado um crédito suplementar de 11% (onze por cento), porém o executivo encaminhou um projeto de lei pedindo a suplementação de 26% (vinte e seis por cento), e se encontra na Câmara um novo projeto de lei pedindo para aumentar para 32% (trinta e dois por cento), que a Câmara ainda irá votar. O Presidente relatou que o Vereador Márcio questionou ao procurador jurídico se devido o vereador Adenilson Queiroz ter sido eleito Prefeito e o vereador Ernane Dias Vice Prefeito, se os mesmos poderão votar o Orçamento para o ano de 2017, devido os dois assumirem a prefeitura no próximo ano, o procurador irá analisar a questão. Informou que é necessário realizar a audiência pública para todos exporem suas opiniões, e sugerirem alterações nas fichas, e esta é à hora da população analisar o projeto e acrescentar o que acha necessário ao município. Informou que será concedido até o dia 01/12/2016 (quinta-feira), para os cidadãos trazerem suas sugestões, o orçamento será votado dia 05/12/2016 (segunda- feira). O Presidente disse que o projeto trata valores patronais, e todas as ações que serão executadas pelo município, relatou que o orçamento



Câmara Municipal de Fortaleza de Minas

previsto para o ano de 2016 foi de R\$ 16.800.000,00 (dezesseis milhões e oitocentos mil reais) e a arrecadação real do município no ano de 2016, foi em torno de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões), verificando-se que o orçamento foi bem abaixo do previsto, ficando uma diferença de aproximadamente R\$2.000.000,00 (dois milhões). Continuando disse que não tem nenhuma perspectiva da arrecadação sofrer alteração no ano de 2017, devido à situação que se encontra o país, disse para ficar claro que a previsão é de R\$ 18.460.000,00 (dezoito milhões quatrocentos e sessenta), porém ao que tudo indica não ultrapassará os 15.000.000,00 (quinze milhões). Relatou que a prefeitura tem compromissos de parcelamentos com a IMPRESFORT dos anos anteriores, e se encontra nesta Casa mais um projeto de Lei, solicitando mais um parcelamento junto a IMPRESFORT, em sessenta vezes de R\$ R\$ 12.719,06(doze mil setecentos e dezenove reais e seis centavos), relatou que a partir do próximo ano somente com a IMPRESFORT, o município terá um compromisso mensal de aproximadamente de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) sendo esses valores entre as parcelas já devidas e o pagamento fixo mensal. Informou que o maior parcelamento resta apenas 7(sete) parcelas. Com a palavra o assessor jurídico da Câmara disse que a elaboração do orçamento é com base na lei de responsabilidade fiscal, a qual regulamenta o procedimento e o que deve constar na LOA, e que após aprovado deve ser cumprido fielmente pelo Executivo, após a realização de um planejamento prévio. Informou que o município tem comprometido aproximadamente 65 % (sessenta e cinco por cento) da arrecadação com pagamento dos servidores, restando apenas 35 % (trinta e cinco por cento) da arrecadação para investimentos. Relatou que a lei prevê que sejam gastos 15% (quinze por cento) da arrecadação total com a saúde, e 25%(vinte e cinco por cento) com a educação. O que ocorre no município é que o orçamento não está sendo bem elaborado pois todo ano precisa ser suplementado. Disse que um fator muito preocupante são os parcelamentos junto a EMPRESFORT, pois parte da contribuição é arcada pelos servidores, e parte tem que ser repassados pelo município, não está sendo repassado, descumprindo a Lei Orçamentária Anual. O Procurador informou que este orçamento foi feito pela atual administração, a qual fez um orçamento que a mesma pretende dar continuidade, porém o próximo ano será um novo gestor, então seria necessário que a equipe de transição avaliasse o orçamento para saber se esta de acordo com os anseios do município. O procurador informou que seu dever é averiguar se o projeto de Lei está condizente com os requisitos da lei de responsabilidade fiscal. Em seguida o vereador Márcio relatou que o intuito da audiência é analisar se o orçamento está condizente com os anseios da população, porque se não tiver previsão no



Câmara Municipal de Fortaleza de Minas

orçamento não será possível a execução. O vereador informou que alguns itens são colocados nas fichas, porém sem saber se terão verbas suficientes para sua execução. Continuando sugeriu que deveria ser retirado do orçamento a aquisição de terreno para a construção de um novo cemitério, pois o município já o local para sua expansão. Após o vereador Evair informou a todos que o parcelamento da dívida com a EMPRESFORT vem sendo realizado desde mandatos anteriores, que o mesmo não será feito somente agora, no entanto assim como foi aprovado por esta Casa os outros, este com bom senso também deve ser parcelado. Continuando sugeriu que o próximo prefeito analise bem o orçamento, e se necessário apresente sugestões, ressaltou que sempre foi aprovado da forma como apresentado, mesmo sendo sempre falado por alguns vereadores e procurador jurídico que necessitaria de adequações. Informou que é a empresa contábil ADPM que elabora o Orçamento Anual, não a prefeita Neli, salientou que também não concorda com algumas fichas, porém são necessárias. Em seguida o vereador Fernando disse que os valores do orçamento a cada ano têm aumentado, porém a arrecadação do município é menor que esse valor, mas é necessário fazer o orçamento do valor maior que o arrecadado para conseguir atender a Lei de responsabilidade fiscal. Sugeriu que os vereadores avaliem bem, se acharem necessários deverão diminuir os valores. Salientou a importância de a população estar presente nas reuniões da Casa, disse que mesmo não sendo vereador para o próximo mandato vai estar presente nas reuniões, sempre que possível. Disse que o município necessita das certidões em dia para conseguir administrar o município, então é necessário a câmara autorizar o parcelamento. Após o vereador Adenilson Queiroz disse que a respeito das parcelas com a IMPRESFORT, algumas se enceram em sete meses, e todos são cientes das parcelas e dos valores. Informou preocupação com o fundo dos servidores, relatou que em conversa com funcionário da empresa contábil ADPM, o mesmo relatou que a arrecadação mensal do fundo é menor do que as despesas pagas. Em aparte o Vereador Márcio Andrade comentou que a IMPRESFORT contratou empresa para fazer levantamento, a qual fez estudo dos rendimentos e despesas do fundo, o qual se sustentará até o ano de 2070, não foi possível calcular além, devido insuficiência do sistema. Informou que talvez fosse necessário pedir uma nova análise do fundo, para verificar se as previsões se confirmam. O vereador Adenilson sugeriu incluir no projeto a instalação de câmeras de segurança no município. Em seguida o vereador disse achar importante tentar adequar o orçamento mais próximo a realidade, que na sua gestão irá trabalhar para aproximar os valores da realidade, enfatizou a importância de constar nas fichas todas as demandas do município, pois se não constarem no orçamento não serão possíveis



Câmara Municipal de Fortaleza de Minas

serem realizadas. Disse que vai fazer o possível para não fazer contratações, irá remanejar os funcionários concursados. Parabenizou a prefeita Neli pelas mudanças rígidas, muitas vezes criticadas por tais mudanças, mas devido aos cortes de gastos está deixando o município somente com a dívida da EMPRESFORT. Pediu a todos que tragam suas sugestões até dia 01/12/2016, para incorporarem ao orçamento. O Presidente pediu a todos para analisarem o orçamento, e apresentarem sugestões, relatou que a próxima gestão tem conhecimento da forma que foi apresentado o projeto de Lei Orçamentária para ano de 2017, se necessário poderão fazer alterações para melhor adequar o orçamento. O Presidente relatou a grande satisfação em morar em Fortaleza, que tem grande interesse em manter a cidade em desenvolvimento. Em seguida a senhora Monica Emídio agradeceu a oportunidade, relatou ser funcionária do município há 20 anos, e no próximo ano será a nova secretária de saúde, pediu apoio e colaboração de todos para desenvolver um trabalho digno e atender aos anseios população. Ao final o Presidente reafirma o prazo de até 01/12/16 para apresentação de sugestões à LOA/2017, agradeceu a presença de todos. Nada mais a tratar foi encerrada a reunião e para constar foi lavrada a presente ata que tem como parte integrante a lista de presença desta Audiência Pública.